

# TERRITÓRIO, PODER E RIQUEZA: UMA LEITURA DA GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO

Hélio Caetano Farias\*

**Resumo:** O presente texto tem o objetivo de apresentar alguns pressupostos da teoria do poder global e de como, a partir desta, José Luís Fiori analisa a formação e consolidação do sistema interestatal capitalista. Uma leitura que carrega uma profícua relação com elementos da geopolítica e que traz contribuições aos debates sobre o desenvolvimento econômico dos Estados.

**Palavras-chave:** poder, Estado, geopolítica, sistema interestatal capitalista.

## TERRITOIRE, POUVOIR ET RICHESSE: UNE LECTURE DE LA GEOPOLITIQUE DU CAPITALISME

Résumé : cet article veut présenter quelques pressuposés de la théorie du pouvoir global et comment l'économiste brésilien José Luís Fiori analyse la formation et la consolidation du système interétatique capitaliste à partir de cet outil. Son approche admet des relations fertiles avec la géopolitique, ainsi que des contributions importantes au débat sur le développement économique des États.

Mots-clés : pouvoir ; État ; géopolitique ; économie ; système interétatique capitaliste

## TERRITORY, POWER AND WEALTH: AN OVERVIEW ABOUT CAPITALISM'S GEOPOLITICS

### Abstract

This paper aims to present some assumptions of the theory of Global Power, drafted by José Luis Fiori, for analyzes the formation and consolidation of the capitalist interstate system. This reading has rich relation with elements of geopolitics and brings contributions to debates about economic development of States.

**Keywords:** power, State, geopolitics, capitalist interstate system.

### Introdução

Este texto tem como objetivo trazer algumas contribuições da geopolítica para se pensar, de modo congregado, a formação dos Estados e do sistema internacional. Um

---

\* Doutorando em Economia Política Internacional pelo Instituto de Economia da UFRJ. Mestre, Bacharel e Licenciado em Geografia pela UNICAMP. Email: [heliofarias@gmail.com](mailto:heliofarias@gmail.com)

tema ambicioso, porém, longe de querer percorrer a vasta literatura existente, o texto terá como foco apresentar as contribuições de José Luís Fiori sobre o poder global e o sistema interestatal capitalista. São diversas as possibilidades de diálogo entre a perspectiva de Fiori e as formulações em geopolítica: seja por causa do apelo a uma dimensão histórica do desenvolvimento dos Estados e do capitalismo, seja pelo esforço em construir uma abordagem sólida a respeito do poder e de suas manifestações no espaço, na economia e no sistema internacional.

Este trabalho está dividido entre três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se um breve resgate dos estudos em geopolítica, a fim de se definir, mesmo que modo geral e arbitrário, o que se considera o objeto deste campo do saber. Em seguida, o foco será analisar a dimensão do poder, sua centralidade nos estudos da geopolítica e de como, na agenda de pesquisa sobre o poder global e o sistema interestatal capitalista, transforma-se na variável-chave para se entender o movimento histórico de expansão e consolidação dos Estados, do capitalismo e do sistema internacional. A segunda seção será dedicada ao debate sobre o declínio do poder norte-americano e sobre as transformações mundiais a partir dos anos setenta. Como esse momento de indefinição da realidade sistêmica internacional fez surgir os trabalhos em Economia Política Internacional (EPI), assim como propiciou um intenso resgate e renovação teórica nos estudos de geopolítica. Posteriormente, pretende-se apresentar as principais ideias do programa de pesquisa sobre o poder global e o sistema interestatal capitalista, uma abordagem que combina teoria e história na análise do processo histórico de acumulação de poder e riqueza em escala mundial. Na terceira seção, o objetivo será o de mostrar, brevemente, os desdobramentos dessa leitura para a análise das condições geopolíticas do desenvolvimento econômico dos Estados. E, por fim, nas considerações finais, buscase demonstrar como as proposições de Fiori podem dialogar com agenda de pesquisa em geopolítica.

### **A contribuição dos clássicos e a pertinência do poder no resgate da geopolítica**

A palavra geopolítica foi forjada no final do século XIX, herdeira direta das preocupações de alguns povos europeus com a afirmação de um Estado com poder

territorial coeso, unitário e expansivo. A etimologia da palavra, todavia, revela pontos interessantes. *Geo*, em grego antigo, representaria o “mundo”, enquanto *Politikos* teria entre os seus sentidos algo próximo de “aquilo pertencente ao Estado”<sup>1</sup>. Se este início pelas palavras exagera na aproximação entre tempos históricos tão distintos – Grécia antiga, século XIX e mundo contemporâneo – seu resultado, porém, possibilita uma aproximação bastante provocativa: a geopolítica poderia ser pensada como o campo que investiga o mundo pertencente aos Estados. Nada mais atual!

Pode-se, de modo abrangente, considerar que a geopolítica<sup>2</sup> preocupa-se em compreender a relação entre o espaço e o poder, mais precisamente entre o território e o poder<sup>3</sup>. Uma forma que busca entender os mecanismos que articulam o fazer político com a geografia naturalmente diferenciada dos Estados. Não por outra razão, a máxima de Napoleão Bonaparte “a política dos Estados está em sua geografia” é bastante lembrada pelos estudiosos da área<sup>4</sup>.

A geografia seria, em essência, “o pano de fundo da própria história humana”, defende Kaplan (2013: 29). É a reveladora, no longo prazo, das intenções de um Estado, sendo a posição deste no mapa “o primeiro elemento que o define, mais até que a filosofia de governo” (*idem*: 29). Em raciocínio semelhante, Spykman (1942) escrevera que a

---

<sup>1</sup> Ver a argumentação de Robert Strausz-Hupé (1945: 24).

<sup>2</sup> Como não há o interesse em fazer uma explicação alongada sobre a evolução da geopolítica, em sua diversidade e complexidade, faz-se necessário reproduzir a observação de Mamadouh (1998), para quem a termo “geopolítica” é um tanto quanto polissêmico. A autora reconhece que a disciplina não ficou restrita aos debates acadêmicos da Geografia Política ou da Ciência Política, mas se estendeu a toda uma comunidade de pesquisadores em política internacional. Há uma enorme variedade de definições e usos do termo, tendo, em muitas vezes, o seu significado implícito e contradições latentes.

<sup>3</sup> Diversos autores, a exemplo de Antônio Carlos Robert de Moraes (2002), Claude Raffestin (1993) e Milton Santos (1994; 1996), fizeram a distinção entre espaço geográfico e território. Apesar de sustentarem pontos de partida e propósitos distintos, encontra-se uma convergência entre as abordagens. Todos os citados consideram que o espaço e o território são resultantes de processos históricos e sociais. No intuito de esclarecer os sentidos dos usos aqui empregados, o espaço seria uma primeira apreensão de um longo processo de transformação da natureza, mediante o trabalho humano; enquanto o território se expressa como uma dimensão política do espaço geográfico, pressupõe o controle e a existência de uma unidade de poder, notadamente nacional.

<sup>4</sup> “*La politique de toutes les puissances est dans sa géographie*” é um dos trechos finais da carta de Napoleão Bonaparte ao Rei da Prússia, enviada em 10 de novembro de 1804. Nela, o então imperador francês, critica a política da Rússia para a Europa. Consultar em *Correspondance de Napoleon*. (disponível em [http://www.histoire-empire.org/correspondance\\_de\\_napoleon/1804](http://www.histoire-empire.org/correspondance_de_napoleon/1804)). Ver: Jean Brunhes e Camille Vallaux *La géographie de l'Histoire: Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer* (1921: 25). Esta famosa frase consta também como epígrafe dos livros de Gerard Chaliand e Jean-Pierre Rageau *Atlas stratégique: géopolitique des rapports de forces dans le monde: l'après-guerre froide*. (1983), e de Leonel Itaussu de Almeida Mello *Quem tem medo da geopolítica* (1999).

geografia era o principal fator da política externa dos Estados, exatamente por ser o mais permanente<sup>5</sup>.

Considerações a respeito da geografia, isto é, da natureza física diferenciada dos espaços políticos que ordenam o globo, foram inseparáveis do estudo, das práticas e das decisões políticas no âmbito das relações internacionais. Uma preocupação que ultrapassa o esforço de sistematização deste saber no final do século XIX, com Friederich Ratzel (1844-1904), e que encontra raízes em teóricos do poder, como Nicolau Maquiavel (1469-1527), Jean Bodin (1530-1596), Thomas Hobbes (1588-1679) ou mesmo Charles Montesquieu (1689-1755).

Por razão de seu objeto de estudo, o espaço geográfico, uma base física sob a qual as sociedades existem, a geografia (enquanto disciplina científica) e o pensamento geopolítico foram invariavelmente vinculados às teses deterministas<sup>6</sup>. Não foram poucos os críticos das construções teóricas, discursos, teorias e, propriamente, dos teóricos da geopolítica<sup>7</sup>. Por outro lado, muitos foram os teóricos do poder que confundiam o fazer científico - seja analítico, metafísico ou dialético – com a defesa, por vezes intransigente, dos interesses político-estratégicos dos Estados. Tirante os exageros das críticas apressadas, o alemão Karl Haushofer (1869-1946) foi um dos que levou ao extremo algumas das ideias geopolíticas em sua vinculação, ainda que

---

<sup>5</sup> Nas palavras do autor: “The territory of a state is the base from which it operates in time of war and the strategic position which it occupies during the temporary armistice called peace. Geography is the most fundamental fator in the foreign policy of states because it is the most permanent. Ministers come and ministers go, even dictators die, but mountains ranges stand unperturbed” (SPYKMAN, 1942: 41).

<sup>6</sup> Na origem da geografia - e, por extensão da geografia política e geopolítica - os trabalhos dos pioneiros sofreram forte influência do positivismo, da busca por uma pretensa precisão científica para descrever os fenômenos sociais e os do poder. Com efeito, adotava-se predominantemente uma concepção evolucionista da história, retirando, por vezes, as contradições que permeiam as relações sociais e o próprio processo de formação e consolidação de um poder territorial.

<sup>7</sup> Pode-se, por exemplo, citar as críticas de Hans Morgenthau no campo da política internacional. Para ele, a geopolítica constituiria uma forma de avaliação equivocada do poder nacional, pois ambicionava “compreender o problema do poder nacional exclusivamente em termos de geografia. Nesse processo, ela se degenera em uma metafísica política expressa em termos de jargão pseudocientífico” (MORGENTHAU, 2003: 310). É importante salientar que para o autor a geopolítica produzia os equívocos, embora considerasse que a geografia (no sentido de aspectos físicos do território) era o mais estável dos fatores emuladores de poder ao Estado e, sendo assim, um fato permanente que a política externa precisava levar em conta. No Brasil, a vasta lista de críticos inclui, por exemplo, a conhecida percepção de Nelson Werneck Sodré, para quem a “geopolítica assinala deformação levada à monstruosidade, é a geografia do fascismo” (1993: 54).

polêmica, à política revisionista alemã na antessala da Segunda Guerra Mundial (FONT e RUFÍ, 2006; HAUSHOUFER, 2012)<sup>8</sup>.

Se a geopolítica, assim como a geografia política, constitui um campo de saber preocupado em aclarar as múltiplas articulações e determinações entre os fenômenos do poder e do território, seria, destarte, imprudente condená-la ou reduzi-la em virtude do viés de uma ou outra teoria<sup>9</sup>.

Mais do que isso, seria difícil assumir que exista, a rigor, uma teoria geopolítica. A geopolítica sempre esteve coligada a um campo do conhecimento que tem uma finalidade política muito clara: justificar e legitimar objetivos e decisões estratégicas nacionais prescritas num quadro de intensa competição de poder internacional. Suas teorias, portanto, se confundiam com essa linguagem; elas estiveram, ao seu momento e a partir de suas características geográficas, aliadas a uma aspiração ou ideologia nacional, a um projeto de acumulação de poder, seja de caráter defensivo ou expansivo<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Joan Font e Joan Rufí (2006) afirmam que Haushofer não seria um teórico tão conhecido e polêmico sem a existência da Revista de Geopolítica (*Zeitschrift für Geopolitik*) e do Instituto de Geopolítica da Universidade de Munique, ambos que havia ajudado a criar. Para os autores, Haushofer “converteu-se em um personagem quase popular, não só na Alemanha, mas também nos Estados Unidos, onde encarnou a imagem da voracidade territorial nacional-socialista” (*idem*: 64). Seus escritos apoiavam-se em uma linguagem simples, didática, e se destacavam pela utilização da cartografia como um elemento de fácil comunicação com a população não especializada nos temas da geopolítica e da política externa alemã. Nas palavras de Haushofer (2012), num texto publicada em 1927, “A nuestro pueblo le ha faltado la preparación geopolítica necesaria para reconocer nuestra situación de debilidad en política exterior. Este reconocimiento de la situación —que hemos alcanzado en algunos ambientes sólo durante la guerra y que ha desaparecido totalmente— ha de ser elaborado sobre nuevos fundamentos. Para este objetivo hacen falta grandes ideas, aunque simples, a disposición del pueblo. La más grande de todas ellas es la siguiente: hacer comprender la necesidad de proteger y expandir un espacio vital que no permite a los hombres, incluso a los más activos, trabajar suficientemente y cuya exigüidad obliga a dos de cada tres a estar desempleados, precisamente los “veinte millones de más” que Clemenceau nos reprocha y que, sin embargo, no están decididos a morir de hambre (HAUSHOUFER, 2012: 334).

<sup>9</sup> Para Jean Gottman (1952) as interpretações geográficas da história sempre foram aplicadas à política, mas só em certos momentos originaram doutrinas. Por isso, o autor opta em falar em doutrinas geográficas, ao invés de chamá-las de teorias. Costa (2008: 16), por seu turno, prefere alertar sobre as diferenças entre o conhecimento científico – “aquele que consegue explicar os mecanismos fundamentais que regem determinados processos e fenômenos” – e a ideologia, no sentido de falso-conhecimento, isto é, um tipo de saber que manipula conhecimentos para legitimar e justificar políticas estatais.

<sup>10</sup> Segundo Fiori (2011) existiria uma crença “generalizada de que a Geopolítica é uma ‘ciência alemã’, quando na verdade ela não é nem uma ciência, nem muito menos alemã. Ao contrário da Geografia Política, que é uma disciplina que estuda as relações entre o espaço e a organização dos estados, a Geopolítica é um conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia, a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo. (...) Por outro lado, a associação incorreta, da Geopolítica com a história da Alemanha, se deve a importância que as ideias de Friederich Ratzel (1844-1904) e Karl Haushofer (1869-1946) tiveram direta ou indiretamente no desenho

Para Fiori (2014), essas teorias geopolíticas não seriam, portanto, teorias sobre o poder, mas estratégias para a conquista de poder, para a manutenção do *status quo* internacional, ou no caso alemão, para ampliar a margem de poder frente às disputas com as demais potências europeias. Representariam, destarte, conhecimentos estratégicos que respondiam necessariamente a um projeto de expansão de poder nacional. Talvez por isso, Wanderley Costa (2008: 16) chegara a afirma que o grande temor dos estudiosos da geopolítica ou geógrafos políticos era o de se tornarem “prisioneiros de suas próprias fronteiras”.

Os clássicos da Geopolítica, a começar por Friedrich Ratzel, passando por Alfred Mahan, Halford Mackinder, Robert Strausz-Hupé, Karl Haushofer, entre outros, tinham, a despeito das enormes diferenças, a referência de que o Estado se projeta através de seu território e suas potencialidades – econômicas, produtivas, financeiras e culturais. É difícil, portanto, dissociar da geopolítica clássica a condição de um saber normativo, mas nem por isso esses autores deixaram de identificar elementos absolutamente centrais para uma reflexão sobre o poder, o Estado e a natureza, realista, do sistema internacional<sup>11</sup>.

Como afirmado por Costa (2008) não existiria uma geopolítica geral, uma produção teórica de caráter e validade universal, dado que cada estudo carrega em menor ou maior grau as influências do contexto político, histórico e territorial em que foi produzido. A geopolítica, como deduz de Fiori (2007; 2008; 2015), estaria umbilicalmente ligada à estratégia nacional de acumulação de poder e riqueza; ao projeto de um Estado que pretende expandir seu poder de influência internacional em articulação com o seus capitais nacionais - e portanto não se limitando a aquisição de territórios físicos - para conquistar também os “territórios econômicos”, como conceituava Hilferding (1986) no início de século XX<sup>12</sup>.

---

estratégico dos desastrosos projetos expansionistas da Alemanha de Guilherme II (1888-1918) e de Adolf Hitler (1933-1945). Apesar disto, as teorias destes dois geógrafos transcenderam sua origem alemã, e ideais costumam reaparecer nas discussões geopolíticas de países que compartilham o mesmo sentimento de cerco militar e inferioridade na hierarquia internacional”.

<sup>11</sup> Como bem coloca Francis Sempa (2014), em um pequeno artigo de opinião, há, no período atual, uma consciência crescente sobre a importância dos teóricos clássicos da geopolítica, de como eles pensaram a geografia e sua influência na política internacional.

<sup>12</sup> É de Rudolf Hilferding uma das mais significativas contribuições à teoria marxista do imperialismo. De sua obra – *O capital financeiro* - deduz-se que era na ação do Estado que se criava as condições para a expansão econômica e territorial. A geração do mais-valor no exterior era a condição fundamental para contornar a tendência aceita de redução da taxa de lucro, assim a exportação de capitais e a ampliação

Assim, a geopolítica ao analisar os fatores geográficos e a história de desenvolvimento dos Estados tem como fundamento a reflexão sobre o poder. Justamente este conceito - tão invocado e pouco explicado -, adquiri uma centralidade na análise; é a razão das disputas entre os Estados e, portanto, o principal fundamento para uma leitura histórica do sistema interestatal. Nos autores clássicos da geopolítica, a política internacional dos Estados tenderia a ser subordinada ao fator geográfico e às potencialidades ali presentes. O espaço, ou o domínio deste, se constituía como a própria fonte de poder (RATZEL, 1898; 1983).

A produção teórica em geopolítica, ao elaborar suas ideias, teorias ou mesmo planos de ação, nutriu-se tradicionalmente dos avanços e discussões de pelo menos três grandes áreas do conhecimento: a história, a geografia e a política. Fiori, afortunadamente, adicionaria a economia política<sup>13</sup> como subsídio à leitura dos movimentos e disputas de poder e riqueza entre os Estados e na expansão do sistema interestatal.

### **A geopolítica, as dimensões do poder e o sistema interestatal capitalista**

Poder, uma palavra rebelde a qualquer definição. É assim que Raffestin (1993) se refere ao termo e justifica sua opção em construir uma análise por meio de aproximações sucessivas, numa declarada tentativa de superar as ambiguidades e confusões inerentes ao termo. Em sua argumentação, Raffestin (1993) refaz o caminho percorrido por Ratzel, demonstra como este autor via no Estado a fonte única de manifestação do poder. Estado, território e poder confundiam-se em fundamento.

---

do espaço econômico tornaram-se os objetivos fundamentais das potências capitalistas. Neste sentido, quanto maior o "território econômico", mais significativo seria o poder estatal, mais privilegiada era a posição do capital nacional no mercado internacional. Por isso, escreve Hilferding em um de seus parágrafos clássicos: "Daí a exigência de todos os capitalistas interessados em países estrangeiros para que o poder estatal seja forte, cuja autoridade proteja seus interesses também no mais longínquo rincão do mundo, daí a exigência de que levante uma bandeira de guerra que precisa ser vista por toda a parte, para que a bandeira do comércio possa ser plantada por toda a parte" (HILFERDING, 1986: 302).

<sup>13</sup> A economia política tem uma longa tradição que remonta aos trabalhos William Petty no século XVII ("Tratado sobre impostos e contribuições", de 1662; e "Aritmética política", de 1690) e passa por autores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Ela parte de dois aspectos que são fundamentais: o poder político, como instância organizadora da sociedade, e a economia, pressupondo a existência do excedente. As contribuições de Fiori, como serão expostas no trabalho, tem como objetivo compreender como se dá a articulação e a disputa pelo poder global e pela acumulação do excedente econômico.

Para Ratzel, o Estado, por ser uma forma avançada de organização da sociedade política, congregaria um conjunto de instituições e aparelhos com capacidade de exercer o domínio territorial<sup>14</sup>. Entre as preocupações centrais do autor estava a tentativa de compreender a dimensão territorial do poder, bem como o duplo esforço alemão no final do século XIX, que, de um lado, buscava consolidar a unificação territorial e, do outro, pleiteava ingressar no rol das potências mundiais. O território, assim, não era simplesmente tido como o resultado dos embates de poder travados entre os Estados em seu processo de consolidação, mas como a própria essência do processo<sup>15</sup>. Desse modo, os escritos de Ratzel buscaram evidenciar a necessidade de um aparato capaz de pensar o território, no sentido de integrar, controlar e de tornar o seu conteúdo material um recurso de poder. O objetivo real era sempre o mesmo, isto é: manter, reforçar e expandir o poder do Estado<sup>16</sup>.

A história, segundo Ratzel, provaria que o espaço e a posição influenciaram o destino político de diferentes sociedades. O espaço seria o resultado da ambição dos povos pelo seu domínio, enquanto a posição geográfica era um dado da natureza sobre o qual seria necessário contornar seus imperativos. Assim, Ratzel procurava preencher uma lacuna nas reflexões políticas de sua época: que o Estado não flutua no ar e que seu território é muito mais do que uma forma superior de propriedade fundiária (HAEBART, 2009; RATZEL, 1983).

Segundo o autor, se, no entanto, um Estado com um elevado grau de desenvolvimento fosse incapaz de conquistar novos territórios, ou se as suas tentativas se mostrassem

---

<sup>14</sup> A tarefa do Estado, em última instância, sempre permanece a mesma, argumenta Ratzel (1983: 96): “o Estado protege o território contra os ataques externos que tendem a diminuí-lo. No mais alto grau da evolução política, a defesa das fronteiras não é a única a servir nesse objetivo: o comércio, o desenvolvimento de todos os recursos que contém o solo, numa palavra, tudo aquilo que pode aumentar o poder do Estado a isso concorre igualmente”.

<sup>15</sup> O espaço é a própria força política, dado que: “Geographical space in general, not a particular region, is estimated according to the power which must be expended for its conquest; and this power, in turn, is measured in terms of this space. (...) In this sense, space is a political force, and not, as otherwise understood, merely a vehicle of political forces” (RATZEL, 1898: 449-450).

<sup>16</sup> A recompensa da vitória é a expansão territorial, pode ser a síntese do que Ratzel esclarece a seguir: “just as the struggle for existence in the plant and animal world always centers about a matter of space, so the conflicts of nations are in great part only struggles for territory; and in all wars of modern history acquisition of land has been the prize to be gained by victory. In every historical age nations may be classified according to their idea of political space” (RATZEL, 1898: 458).

ineficazes, suas bases de sustentação começariam a se esgotar<sup>17</sup>. Esse imperativo de crescimento territorial era dividido entre todos Estados que pleiteavam ou que buscavam manter a condição de potência. O problema, todavia, assentava-se no pressuposto básico que a Terra era finita, sendo, portanto, limitado o espaço de crescimento dos países. Com isso, os Estados eram forçados a competir cada vez mais para obterem uma vantagem territorial sobre os demais. Neste sentido, a “luta pela existência” seria, em realidade, uma “luta pelo espaço”.

Entretanto, para Ratzel, não seria apenas segundo a extensão do território que se poderia verificar a força de um Estado, os vínculos históricos que a sociedade sustenta com o espaço seria uma melhor medida. Os Estados fortes seriam aqueles cuja manifestação demográfica, cultural e econômica demonstravam-se mais vigorosas que os limites territoriais existentes. Tais Estados desenvolveriam tendências expansivas. O poder viria da ambição por mais território e não da extensão territorial a *priori*. Uma conclusão, todavia, que encontra abrigo na percepção de Fiori (2007), como será visto a seguir, que ao considerar o processo de formação e expansão dos Estados europeus sentencia que o “poder político é fluxo, mas do que estoque” (*idem*: 17). A conquista seria o ato que instaura e dinamiza o processo de acumulação de poder.

Raffestin (1993) abdica esse enfoque da geografia política clássica, a que ele denomina de geografia dos Estados<sup>18</sup>, em nome de uma geografia do poder<sup>19</sup>. Uma proposta ousada na qual o poder, e não o Estado, torna-se a variável-chave. O estudo recairia numa análise sobre as relações de poder, de como ele é exercido e de quem o detém. Assim, em sua problemática relacional, o poder é, por definição, uma ação, pois “em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (1993: 07). Ele se manifesta por ocasião da relação, toda

---

<sup>17</sup> “Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram suas fontes de vida. Mas se o território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim” (RATZEL, 1983: 94).

<sup>18</sup> Para o autor “O Estado mesmo sendo a mais acabada e a mais incômoda das formas políticas não é a única. Se a linguagem tivesse sido criada para justificar o poder político e as relações que ele estabelece no espaço e no tempo, o Estado certamente teria tido um lugar privilegiado, mas não estaria sozinho. Sem dúvida, essa é uma das razões pelas quais a ‘geografia política’, na realidade a geografia do Estado, permaneceu marginal e pouco integrada no *corpus* geográfico. Em vez de se interessar por qualquer organização dotada de poder político suscetível de se inscrever no espaço, a geografia política só viu e, em consequência, só fez a análise de uma forma de organização: a do Estado” (RAFFESTIN, 1993: 28).

<sup>19</sup> De acordo com Raffestin (1993), a geografia política clássica, sobretudo com o trabalho de Ratzel, se pautou numa interpretação que identificou o território e suas fronteiras com o Estado, um espaço de exercício do poder do soberano.

relação evidencia um ponto de poder. Caracteriza-se por ser um fenômeno multidimensional. Para este autor, o campo das relações conforma o campo do poder, que organiza e hierarquiza as partes envolvidas<sup>20</sup>.

Uma nova agenda se abre com as proposições de Raffestin (1993), entretanto, ao deslocar do Estado a dimensão privilegiada do exercício do poder, o autor esbarra em uma problemática relacional, sendo difícil, a partir desta, reencontrar o sentido de uma análise totalizante do Estado e, por extensão, encontrar os mecanismos para a compreensão das disputas entre os Estados que hierarquizam o comando, dado a assimetria, do sistema internacional.

A unidade política é o território, escrevia Jean Gottmann (1952: 70-71), quando teorizava, na década de cinquenta, sobre os compartimentos políticos do espaço físico mundial. Um princípio básico que ressaltava a divisão do mundo em entidades políticas e sob o interior das quais se exerce o poder do Estado.

Numa perspectiva recente, José Luís Fiori retoma a investigação sobre o poder, um esforço teórico que busca efetivamente incluir esta variável como uma dimensão explicativa do sistema internacional. Deste modo, o autor (2004; 2007; 2008 e 2015) propõe uma teoria do poder e da acumulação de poder e riqueza para reler as origens dos Estados europeus e seus mercados, que deram origem a um sistema interestatal com característica expansiva. Uma articulação que acabou se tornando um mecanismo regular de afirmação dos “Estados-economias nacionais”; isto é, uma forma de poder territorial e econômico que, internamente, se afirmava como unidade de poder autônomo e como um sistema econômico nacional, enquanto, externamente, se expandia por meio da conquista de novos territórios e zonas de influência econômica. Uma dinâmica virtuosa de acumulação de poder e riqueza e, ao mesmo tempo, de expansão do sistema de Estados europeus para o resto do mundo<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> “Sendo co-extensivo de qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993: 53-54).

<sup>21</sup> O sistema de Estados europeus, matriz do moderno sistema internacional, foi objeto de ampla investigação histórica e geopolítica. Henry Kissinger, por exemplo, situa a Paz de Vestfália como o símbolo do advento de um conceito de ordem internacional. Um momento histórico de inflexão na história, pois o “Estado, não o Império, a dinastia ou confissão religiosa, foi consagrado como a pedra fundamental da ordem europeia” (KISSINGER, 2015: 33). Por sua vez, Jean Gottmann considera que nesse mesmo contexto histórico “a política abandona amiúde o terreno espiritual para se ater a um materialismo geográfico referido de promessa e substância” (GOTTMANN, 1947: 649). As guerras,

Se no livro *Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*, de 2007, Fiori afirmava que o “poder é fluxo, mas que estoque”, o fazia em recorrência a uma linguagem próxima a dos economistas. O intuito era o de afirmar que o poder não é um fenômeno estático, nem meramente territorial, sobretudo quando contraposto aos fluxos econômicos, cada vez mais rápidos, articulados em redes e transnacionalizados. Ademais, o poder, complementa o autor, “para existir precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente” (FIORI, 2007: 17).

Em *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*, de 2015, Fiori se dedica a uma investigação esmiuçada sobre o poder. Em um esforço metafísico de abstrair a essência do fenômeno, identifica onze características que lhe são particulares<sup>22</sup>. Sustenta que, independente do “nível de abstração e em qualquer tempo ou lugar” (*idem*, 2015: 18), o poder é, por fundamento, uma relação tautológica; um movimento que se define pela disputa permanente para a acumulação de mais poder. O poder, como relação primária, isto é, que desconhece uma lógica que não a da sua própria valorização, é sempre: i) assimétrico, pois “se todos tivessem o mesmo poder, não haveria disputa” (*Op.Cit.*: 18). Em virtude dessa assimetria que lhe é inerente, define-se também por ser: ii) relativo, pois “envolve uma hierarquia e um cabo de guerra permanente entre um vértice que tenha mais poder e outro que terá necessariamente menos poder” (*Op.Cit.*: 18); iii) triangular já que “toda relação de poder envolve pelo menos dois vértices internos e um limite externo” (*Op.Cit.*: 19); iv) sistêmico, uma vez que a própria existência de uma unidade de poder implica, por lógica, o ocorrência de “um conjunto outras unidades de poder” (*idem*: 19); e v) expansivo, pois, além de ser sempre competitivo, o poder é triangular e sistêmico, já que se as relações fossem “binárias ou fechadas sobre si mesmas, se transformariam num jogo de soma zero e tenderiam a desaparecer de forma autofágica” (*idem*: 19).

---

continua este último autor, motivadas por assuntos religiosos levaram aos tratados de Vestfália que, por sua vez, propuseram a renúncia à vontade de evangelizar o vizinho. O saldo foi a criação de uma unidade no interior das fronteiras. Para Gottmann (1947: 649) o princípio síntese de 1648 *Cujus régio, ejus religio* [De tal região, (segue) a sua religião] “marca o triunfo incontestável do materialismo geográfico sobre os motivos espirituais dos grandes movimentos medievos”.

<sup>22</sup>Fiori (2015: 18-20) lança a tese de que o poder é ao mesmo tempo: ação, movimento e energia. Como tal, se define por ser: i) assimétrico; ii) limitado; iii) relativo; iv) heterostático; v) triangular; vi) fluxo; vii) sistêmico; viii) expansivo; ix) indissolúvel; x) dialético e xi) ético. Ver também a consistente resenha *Na hora da Crise* de Tiago Appel (2015).

A partir desse exercício de síntese metafísica, Fiori volta à história para repensar o processo de afirmação dos Estados e do capitalismo. Justifica, do ponto de vista teórico, o sistema internacional moderno, originado no século XVI, como um sistema interestatal capitalista (FIORI, 2007; 2008; 2015). Parte do princípio de que os Estados nacionais tem uma importância permanente e insuperável para o desenvolvimento do capitalismo.

### **O debate sobre o declínio do poder norte-americano e o retorno às origens do sistema interestatal capitalista**

Foi nos anos noventa, no auge da globalização ou daquilo que Agnew e Corbridge (1995) chamariam de liberalismo transnacional, que a geopolítica ressurgiu como uma expressão de análise do sistema internacional. É o que nota, por exemplo, Virginie Mamadouh (1998) ao se referir ao crescente reinteresse pela área. As tentativas em compreender as transformações políticas, econômicas, técnico-produtivas do sistema internacional vinham desde a década de 1970, em virtude do debate sobre o declínio do poder político, militar e econômico dos Estados Unidos. Todavia, o fim da União Soviética e da relativa estabilidade conflitiva que haviam marcado o período da Guerra Fria, intensificaram as incertezas sobre a ordem geopolítica e sobre os próprios fundamentos do sistema internacional.

Desde os anos setenta, muitos estudiosos da dinâmica internacional buscaram compreender o significado e as consequências desse novo momento da ordem geopolítica internacional. Neste contexto, os dissensos giravam em torno da existência ou não de uma hegemonia norte-americana, de uma ordem internacional uni ou multipolar, mas, em quase nenhum dos casos se questionava o triunfo do liberalismo econômico, e, na conjuntura política, a percepção da presença decrescente do papel dos Estados Nacionais na regulação e controle dos fluxos econômicos e no próprio ordenamento político do território<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Milton Santos - ao ressaltar o papel da ciência, técnica e da informação na organização do espaço geográfico - chega a falar em transnacionalização do próprio território. Para o autor, o “território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (SANTOS, 1994: 15).

Os teóricos do *Modern World-System*, como Giovanni Arrighi (1996) e Immanuel Wallerstein (2004), deixam evidente a forte inspiração em Fernand Braudel em seus recortes de método para se interpretar o movimento da história do capitalismo e do Estado territorial<sup>24</sup>. Esses autores priorizaram uma análise sistêmica e a constituição de um quadro analítico que fornecesse uma leitura da conjuntura contemporânea de crise do poder norte-americano à luz das tendências de longo prazo do sistema internacional.

Com este retorno às origens, Arrighi (1996) identificou, por exemplo, o estreito vínculo entre a expansão do capitalismo e a do sistema interestatal, uma associação marcada tanto pela contradição quanto pela unidade. Os efeitos sinérgicos dessa associação para a acumulação de capital e poder foram tributários da forma e da intensidade com que se deu a concorrência capitalista e, no âmbito externo, a competição interestatal.

Nesse movimento de afirmação dos Estados e de mundialização do capitalismo haveria, segundo Arrighi (1996), uma contradição fundamental entre a lógica territorialista de poder e a lógica de acumulação de capital, ambas originárias da Europa do século XVI. Foram, antes de tudo, estratégias alternativas de formação do Estado<sup>25</sup>. Essa oposição constante foi um dos combustíveis ao florescimento do sistema interestatal europeu, assim como para estabelecimento do *hegemon*, do Estado que liderava a reorganização do espaço político e econômico e hierarquizava a estrutura de poder do sistema a cada época.

Para Arrighi (1996), a “economia-mundo”, para se universalizar e realmente transformar o mundo em uma realidade operacional, teria que contornar a anarquia, os caos político de unidades autônomas de poder territorial. Foi desta contradição que surgiram os mecanismos de coordenação, cooperação ou conflito do sistema mundial. Uma organização que teria dado origem aos “ciclos hegemônicos”, liderados no princípio pelas Províncias Unidas, no século XVII; depois pela Grã-Bretanha, no século

---

<sup>24</sup> Arrighi esclarece que o ponto de partida de sua obra foi a “afirmação de Fernand Braudel, de que as características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue durée* – isto é, durante toda a sua existência – foram a ‘flexibilidade’ e o ‘ecletismo’ do capital, e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas” (ARRIGHI, 1996: 4).

<sup>25</sup> Segundo o autor “na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e os fins se inverte: o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio” (ARRIGHI, 1996: 34).

XIX; e, por fim, pelos EUA no século XX. Estabeleceram-se ciclos hegemônicos que, sob a liderança de um Estado, fundamentaram o poder internacional a partir do ordenamento da moeda e do direito internacional, regulando os limites da diplomacia, da paz e da guerra.

De acordo com Arrighi (1996), a hegemonia, diferentemente do Império, estrutura-se através da combinação de coerção e consentimento. Nesse sentido, um dos elementos de conquista da hegemonia é a existência de uma liderança produtiva incontestável, isto é, ter a capacidade de difundir produtos a preços competitivos na economia mundial. É desta liderança que se desdobram, então, os poderes comercial, financeiro, ideológico e militar. No momento de convergência entre as lideranças se formariam os ciclos, onde, na fase expansiva, ocorreria a união. Na fase de descenso, o país hegemônico perderia a sua liderança produtiva, comercial e, talvez, militar. O resíduo do poder hegemônico se manifestaria na liderança financeira e ideológica.

No período de decadência, acirram-se os conflitos, um período de caos sistêmico. As lutas entre os poderes estatais para substituir a hegemonia anterior conduziram o sistema para uma nova fase de expansão. Em resumo: seriam essas, de certo modo, as razões que levaram as guerras de 1618-1648 para a sucessão da hegemonia de Espanha e Gênova; de 1792-1815, período de sucessão da hegemonia holandesa; e de 1914-1945, com o declínio da hegemonia inglesa. Segundo Arrighi (1996), nestes momentos de caos sistêmicos, dois projetos se sobreporiam: o liberal, apoiado pela potência hegemônica em xeque; e o imperial, que buscava compensar pela força as desvantagens econômicas (ARRIGHI *et al*, 2001).

A partir dessa abordagem teórica, construiu-se a convicção de que o declínio do poder norte-americano levaria a uma situação de “crise terminal” dos Estados Unidos e do próprio sistema mundial moderno. Para Arrighi (1996) os sintomas dessa decadência estariam associados às grandes expansões financeiras sistêmicas e a intensificação da competição capitalista e dos conflitos estatais.

Fiori (2004) contesta esta visão, pois não identifica a relação entre as expansões financeiras, crises cíclicas do capitalismo e crises de hegemonia do sistema interestatal. Considera que no século XIX, a hegemonia inglesa, com a expansão financeira, foi fundamental para a mudança do padrão industrial de diversos países; ou no período recente da década de noventa em que a expansão financeira, promovida

pela desregulação dos mercados de capitais através dos chamados ajustes estruturais, ocorreu em um ambiente de crescimento da economia norte-americana, e não de sua decadência.

Portanto, para Fiori (2004), não há evidências históricas de que o acirramento da competição interestatal tenha ocorrido apenas nos momentos das grandes transições, entre distintos ciclos de acumulação. A competição interestatal seria um traço característico dos momentos de consolidação das hegemônias, como no período da “Era das Revoluções” (1789-1848) de Eric Hobsbawm (2006) entre os séculos XVIII ao XIX. O ponto central da argumentação de Fiori (2004) é que as mudanças políticas, tecnológicas e econômicas decorrentes da “dupla revolução” - a Francesa e a Industrial inglesa, que transformaram o sistema interestatal europeu em mundial - coincidiram com a consolidação, e não crise, da hegemonia inglesa.

Na visão de Arrighi (1996), assim como na Teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin (2002)<sup>26</sup>, o *hegemon* aproxima-se de uma abstração teórica, e não uma entidade política resultante do conflito permanente do sistema político interestatal. Sendo assim, o *hegemon* estaria associado às necessidades de funcionamento de um sistema internacional, de seus efeitos positivos na montagem das estruturas de poder que vigorariam durante um determinado “ciclo hegemônico”.

Segundo Fiori (2007), a dinâmica de extração do lucro e acumulação de riqueza não vem primordialmente do comércio ou do mercado mundial. O comércio acompanha a história das sociedades e durante a maior parte do tempo esteve restrito ao nível das necessidades sociais ou da circulação simples. Sua expansão ocorreu de forma muito lenta e secular. Assim, a força expansiva, que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista, originou-se da dinâmica do poder e da conquista, do impulso gerado pela acumulação do poder dos Estados.

Os Estados que se expandiram e conquistaram novos territórios, expandiram igualmente seu “território monetário” e internacionalizaram seus capitais. Por isso, poderia-se afirmar que a “globalização econômica” seria um traço originário e constitutivo do sistema capitalista, mas não uma obra do “capital em geral” e nem

---

<sup>26</sup> A Teoria da Estabilidade Hegemônica, dentro de uma perspectiva realista das relações internacionais, foi criada por Charles Kindleberger e depois reformulada por Robert Gilpin (2002). Ela pressupõe que a economia internacional liberal estável só seria possível com existência de uma potência hegemônica que a sustente. (GILPIN, 2002).

uma sinalização para o fim das economias nacionais (FIORI, 2007: 30). Os Estados, ao mesmo tempo em que se constituíam internamente, lançaram-se externamente numa disputa que resultou na montagem do sistema interestatal capitalista. Neste sentido, não existe um Estado ou Império que dissolve os demais, mas sim um Estado nacional mais poderoso que se impõe aos demais durante um determinado período e, ao impor-se aos demais, estabelece seus interesses nacionais ao resto do mundo.

### **Ordem geopolítica internacional e o paradoxo do poder norte-americano**

As preocupações quanto à formulação de explicações sobre a estrutura e a dinâmica do sistema interestatal moderno e o desenvolvimento desigual das nações deram origem ao campo da Economia Política Internacional (EPI), que surge, enquanto disciplina ou perspectiva de método, como resposta às limitações das teorias políticas e econômicas ao interpretarem a crise internacional da década de 1970. Como lembra Strange (1970), a EPI surge dos fatos, dos problemas concretos, não das ideias. Em parte, considerável da literatura em economia política internacional e até mesmo na geopolítica (AGNEW & CORBRIDGE, 1995) priorizaram-se a dimensão econômica para se problematizar os fatores que teriam produzido o declínio do poder norte-americano. Mamadough (1998) chega a afirmar que a geoeconomia seria o novo par estratégico da geopolítica, em substituição à geoestratégia<sup>27</sup>.

Agnew e Corbridge (1995) afirmam que a evolução do sistema interestatal, notadamente pensado a partir do prisma europeu, apresentaria três grandes ordens geopolíticas: o período do Concerto Europeu (1815-1875), o período de hegemonia inglesa (1875-1945), em que se acirram as disputas territoriais e a competição intercapitalista; e, por fim, o período da ordem geopolítica da rivalidade inter-imperial (1945-1990), dominado pela disputa entre EUA e URSS. Cada ordem mundial com um discurso geopolítico legitimador e específico, que eles denominam, respectivamente, de geopolítica civilizacional, geopolítica naturalizada e geopolítica ideológica<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Mamadough (1998: 246) conclui seu texto afirmando “Correspondingly geoeconomics supersedes more and more often geostrategy as the twin sister of geopolitics”.

<sup>28</sup> De acordo com Agnew e Corbridge (1995: 46) os objetivos desta periodização buscavam aclarar “a perspective on geopolitical discourse and show how each period of geopolitical order has had associated with it a specific type of geopolitical discourse built in part on understandings first

A hegemonia norte-americana, pós Guerra Fria, não poderia ser analisada pelo mesmo prisma do Estado territorial. Em sua síntese, Agnew e Corbridge (1995) apontam para o descompasso entre a economia nacional (territorial) norte-americana e o poder de expansão e, portanto, transnacionalização de suas empresas. A crise na economia norte-americana ocorria em contrapartida à expansão externa, e ampliação do processo de acumulação de riqueza, de suas empresas. Daí a proposta de uma agenda de pesquisa nos assuntos que perpassam as fronteiras dos Estados, de uma espécie de economia em rede que se alimenta de um discurso geopolítico do liberalismo transnacional, e não apenas das relações entre os Estados no sistema internacional. O liberalismo transnacional seria marca da (retomada) hegemonia norte americana<sup>29</sup>.

Para Fiori (2004) o exercício do poder dos Estados Unidos, de caráter imperial mais do que hegemônico, estaria umbilicalmente ligado ao funcionamento do sistema monetário internacional, o “dólar flexível” (SERRANO, 2002). Os Estados Unidos por controlarem a emissão da moeda de circulação internacional, tem um controle político-financeiro sobre os seus déficits e sobre as condições de seu financiamento, isto é, do ponto de vista econômico, dominam o mecanismo mais característico do poder em uma economia capitalista: o controle sobre os meios de pagamentos.

Desse modo, a crise dos anos setenta, para Fiori, não assinalou para o declínio, mas sim para a retomada do poder norte-americano. A expansão financeira, via desregulamento dos mercados nacionais, conferiram aos Estados Unidos uma concentração de poder monetário, financeiro, político e militar sem precedentes.

No final da década de 1970, o governo norte-americano elevou os níveis de sua taxa de juros, saltando de uma média mensal de 10% para algo em torno de 20% no início dos

---

established in Europe during the Renaissance. Even though each discourse is distinctive there are thus textual continuities as old themes are recycled in new contexts. The three discourses or modes of representation we discuss are referred to as civilizational geopolitics, naturalized geopolitics, and ideological geopolitics respectively. Security and economic policies in each of the periods of geopolitical order have been organized around the characterizations of space, places, and peoples defined by these modes of representation.”

<sup>29</sup> Ainda segundo Agnew e Corbridge (1995: 164), a reestruturação da hegemonia norte-americana e a ausência direta de pretendentes afirmam a capacidade de gestão política deste país da economia internacional. Assim, “the rapid internationalization of economic and political affairs in the period since 1945, and the dangers and opportunities that might be presented in the realm of geopolitics by a decentring and deterritorialization of the means of production, destruction and communications. We join with some other commentators in linking a tentative globalization of modern life to the construction of overlapping sovereignties and networks of power that are in turn associated with a new form of hegemony: what we shall call transnational liberalism”.

anos oitenta. Com intuito de combater a inflação, gerou uma recessão mundial (SERRANO, 2002). Este processo levou os Estados Unidos a terem grandes déficits comerciais, contudo, possibilitou atrair os fluxos de capitais internacionais, que, ávidos por segurança, encontraram um porto-seguro. Uma medida de política econômica que veio a reboque de uma mudança na estratégia geopolítica norte-americana de inserção internacional. Com efeito, o resultado foi a reversão da crise e a transformação, sem precedentes, do padrão monetário de referência internacional. Passou-se de um modelo regulado e de repartição de responsabilidade entre potências capitalistas para uma nova ordem com características mais imperiais que hegemônicas (FIORI, 2011). Os Estados Unidos, a partir de então, retomaram a capacidade de controle no ordenamento do sistema monetário internacional.

No padrão dólar flexível, os Estados Unidos podem financiar os seus déficits com os ativos denominados em sua própria moeda, não tendo nenhuma restrição de balanço de pagamentos. Assim, além de se libertarem das arramas da conversibilidade dos padrões libra-ouro e dólar-ouro anteriores<sup>30</sup>, os Estados Unidos conquistaram a posição extraordinária de determinar, através do *Federal Reserve*, a taxa de juros de incide sobre a sua própria dívida externa.

De acordo com Tavares (1985), o diferencial dos Estados Unidos estava na capacidade de enquadrar em termos econômicos, financeiros, políticos e ideológicos os seus parceiros e adversários. Eles produziram um déficit fiscal de natureza estrutural, que decorria de sua própria política financeira e armamentista. Afora todas as críticas, o déficit norte-americano, tempos depois, contribuiu para estabilizar o mercado monetário e de crédito internacional. O custo político de tal estabilização foi, entretanto, a crescente submissão dos demais países à “diplomacia do dólar”.

A retomada do crescimento norte-americano, ainda nos anos oitenta, se deu através do crédito em curto prazo, endividamento crescente e déficit fiscal. O diferencial era que os EUA controlavam a emissão da moeda internacional. E, deste modo, detinham

---

30 No regime de Bretton Woods, o governo dos Estados Unidos, esclarece Metri (2004: 4), não tinha liberdade para “desvalorizar o dólar em relação ao seu lastro, pois assim se sucederiam fugas significativas das posições em dólar para outros ativos capazes de preservar o poder de compra da riqueza financeira. Também, não podiam acumular continuados déficits em transações correntes, a fim de se evitar pressões sobre a paridade dólar-ouro, que decorreriam do descasamento contínuo entre passivos e ativos no balanço de pagamentos dos EUA. A rigidez da taxa de câmbio dólar-ouro e o comprometimento das autoridades norte-americanas na defesa dessa taxa constituíram-se peças fundamentais para a aceitação do dólar como a divisa-chave do sistema monetário internacional”.

a capacidade de ordenar as condições de pagamento de suas dívidas e a primazia na tomada de decisões de política econômica, subordinando os demais países do globo às situações de crescimento ou recessão de sua economia. O país passou a cumprir um papel fundamental no controle da expansão da demanda efetiva e da liquidez internacional<sup>31</sup>.

Reconhece-se, portanto, que as moedas se relacionam no sistema interestatal segundo uma hierarquia que corresponde à distribuição de poder econômico-financeiro dentro deste sistema. Os fundamentos para a reafirmação - e não decadência - do poder norte-americano encontram no sistema financeiro e nos títulos da dívida pública dois importantes alicerces, além, obviamente, do poder militar e da liderança na fronteira da inovação tecnológica.

### **Estados e desenvolvimento econômico na geopolítica do capitalismo**

Como visto, há um vínculo histórico entre a organização do espaço político em unidades territoriais, o capitalismo e formação do sistema interestatal. Fernand Braudel (1987: 43) já afirmou de modo clássico que o “capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele e o Estado”, poder-se-ia acrescentar que os capitais privados, organizados em rede de comércio internacional, encontraram nos limites do poder do Estado a segurança necessária para alavancarem os seus negócios. Da memorável aliança, como frisa Max Weber (1999), entre o Estado e as força capitalistas (classe burguesa nacional) originou-se o capitalismo moderno<sup>32</sup>.

---

31 Do ponto de vista da demanda efetiva, onde a moeda cumpre todas as suas funções (unidade de conta, meio de circulação e meio de pagamento), a decisão autônoma é a de gastar e não a de poupar. Neste sentido, todo gasto gera uma receita equivalente, o que, no transcurso de um determinado período, significa dizer que todo o gasto é igual ao total da receita. Nos debates atuais sobre os desbalanços globais, por exemplo, considera-se que os Estados Unidos estão em situação de déficit crônico, o que induz a uma interpretação falaciosa, quando se desconsidera o papel central da moeda – dólar – nas transações internacionais. Como os pagamentos são realizados em dólar, moeda emitida pelo próprio devedor, eles acabam controlando o próprio déficit e as condições de seu próprio pagamento. Sendo assim, os Estados Unidos ao decidirem as condições de seus gastos criam uma demanda, geram uma poupança externa.

32 Para Weber (1999: 517), “a luta constante, em forma pacífica e bélica, entre Estados nacionais concorrentes pelo poder criou as maiores oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Cada Estado particular tinha que concorrer pelo capital, que estava livre de estabelecer-se em qualquer lugar e lhe ditava as condições sob as quais o ajudaria a tornar-se poderoso”.

A competição interestatal é, desde a origem, um componente fundamental à expansão material e financeira da economia capitalista. Na visão de Arrighi (1996), o processo interno de formação de blocos empresariais e centralização de poder foi tão importante para as expansões do capitalismo quanto à competição geopolítica entre os Estados com estruturas políticas equivalentes<sup>33</sup>.

Em sua pesquisa, Fiori também parte da união entre o poder e o capital, entre o Estado territorial e a riqueza econômica, para remontar as origens do capitalismo e do sistema interestatal. Entretanto, seu ponto de discordância com Braudel ou Arrighi refere-se ao status do “poder” na transição, no longo século XVI, da economia de mercado para o capitalismo. Para este autor (2007) não há como explicar ou deduzir a necessidade da acumulação do lucro e da riqueza, a partir do “mercado mundial” ou do “jogo das trocas”, portanto, o processo de acumulação e centralização do poder, fundamentais naquela transição, teve como origem o “jogo das guerras”, os atos de conquista e de expansão, violenta e sistemática, dos territórios e capitais nacionais.

A partir da agenda de pesquisa sobre o poder global e o sistema interestatal capitalista, Fiori (2015) construiu uma visão teórica que se esforça em pensar as tendências estruturais de longo prazo do sistema internacional em conjunto com a análise da conjuntura contemporânea. Assim, conduziu um amplo estudo comparado das condições geopolíticas que possibilitaram o desenvolvimento econômico dos Estados que ocupam, ou ocuparam a condição de potência capitalista, e daqueles que são Estados ricos sem poderes militares, mas que ocupam posições de destaque na hierarquia de poder e riqueza no sistema interestatal capitalista<sup>34</sup>.

Antes de apresentar as posições de Fiori, é importante ressaltar que a “questão do desenvolvimento econômico” surgiu, enquanto um problema teórico e disciplinar, no século XX, no imediato pós Segunda Guerra Mundial, e já mobilizou uma infinidade de teorias, políticas e instituições nacionais e internacionais (ESCOBAR, 1995; MORAES, 2006). Partindo da referência do discurso de posse de Harry Truman em 1949 e,

---

<sup>33</sup> Segundo Arrighi (1996: 13), “o que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, em outras palavras, não foi a concorrência entre Estados como tal, mas a concorrência aliada a uma concentração cada vez maior de poder capitalista no sistema mundial como um todo”.

<sup>34</sup> Fiori (2015: 36-49) demonstra como síntese teórica da geopolítica do desenvolvimento os casos de: Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Rússia, Alemanha, Estados Unidos, Japão e China; Coreia, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Suécia, Dinamarca, Noruega, Argentina e Brasil.

sobretudo, do contexto histórico de ascensão dos Estados Unidos como liderança geopolítica na ordem internacional, percebe-se que a ênfase estava resolução dos problemas das “áreas subdesenvolvidas”, como expresso no Programa do Ponto IV de Harry Truman, e, portanto, num recorte geográfico que incluía os países da América Latina, África e Ásia. De maneira geral, a produção teórica na economia do desenvolvimento apresentava, numa espécie de denominador comum, a crença de que as assimetrias e as relações de poder entre os Estados não configuravam variáveis importantes a serem consideradas na equação do desenvolvimento.

De um ângulo distinto, considera-se que a dimensão da geopolítica, das relações de poder entre Estados, assume um papel central no debate sobre o desenvolvimento econômico, bem como das estratégias nacionais para tal finalidade. Se o desenvolvimento constitui, em termos amplos, o resultado de crescimento econômico, ampliação do bem-estar social e mudança estrutural, dificilmente, portanto, ele pode ser concebido sem uma interpretação sobre a estrutura e a dinâmica do sistema de poder internacional. Retorna-se, assim, aos debates apontados pelos primeiros clássicos da economia política, nos quais o desenvolvimento teria como norte um projeto de afirmação nacional, que, a um só tempo, está integrado a uma complexa articulação entre os fundamentos internos e as estruturas externas de poder.

Na abordagem de Fiori (2015) foi possível encontrar algumas generalizações ou recorrências históricas que aliam as dimensões da geopolítica e da economia, enquanto estratégia de acumulação de riqueza e poder, no desenvolvimento de alguns Estados. Para o autor (*idem*: 37-45):

- i) nenhum caso de desenvolvimento econômico nacional pode ser explicado por fatores exclusivamente endógenos. Ele sempre foi derivado, ou agiu como resposta, a grandes desafios sistêmicos, de natureza geopolítica;
- ii) todos os Estados que desempenham ou desempenharam o papel de *hegemon* no sistema se desenvolveram em tabuleiros geopolíticos competitivos. Estiveram sempre com uma preocupação estratégica, com um constante sentimento, criado ou não, de ameaça externa ou cerco, de invasão e fragmentação de seu território. Tal horizonte substantivou a criação de “objetivos estratégicos de suas políticas

- desenvolvimento e de industrialização e, ainda mais, na luta constante pela liderança do processo de inovação tecnológica” (idem: 39);
- iii) a posição geopolítica teve um papel fundamental no desenvolvimento de alguns pequenos países. O sucesso econômico não pode ser compreendido sem que se considere a posição territorial decisiva dentro de um quadro de competição entre as grandes potências, transformando-se em protetorados militares e tendo, em contrapartida, o acesso privilegiado aos mercados e capitais da potência protetora;
  - iv) todos os casos dos Estados que se transformaram em grandes potências capitalistas enfrentaram momentos de rebeliões sociais ou guerras civis e que estiveram invariavelmente associadas à ameaça de invasão externa;
  - v) todas as potências foram expansivas e imperialistas, utilizaram suas economias nacionais como instrumento de poder a serviço de suas estratégias de expansão externa. Neste sentido, Fiori lembra que a liderança do capitalismo sempre esteve com as “economias nacionais que, apoiadas no poder internacional de seus Estados, conseguiram operar com sucesso na contramão das leis do mercado” (idem: 41)
  - vi) as grandes potências vencedoras sempre impuseram as próprias moedas como moedas de referência internacional, como no caso da libra ou do dólar. A moeda internacional não foi ou é uma escolha dos mercados, mas um subproduto da guerra e uma imposição do Estado vitorioso;
  - vii) as grandes potências sempre manejaram a emissão dos títulos da dívida pública, tendo assim uma maior capacidade de emissão e credibilidade que os demais;

Observa-se, de modo conclusivo, que a geopolítica, o continuo embate entre os Estados, apresenta uma antecedência frente à lógica do capital e à formação da economia. Sendo que os Estados que lideraram a expansão do capitalismo, assim como do sistema interestatal, são aqueles que tiveram “uma visão estratégica e instrumental de suas economias nacionais” (FIORI, 2015: 43), buscaram

permanentemente expandir seus “territórios econômicos” e manter a primazia do poderio militar, liderando a fronteira da pesquisa tecnológica.

### Considerações finais

Em sua teoria do poder global e interpretação sobre o sistema interestatal capitalista, Fiori (2004; 2007; 2008; 2015) sustenta que o poder tem uma precedência lógica, e histórica, em relação ao capital. Ele, consubstanciado no Estado territorial moderno, entendido também como Estado economias-nacionais, cumpriu um papel central na própria constituição do capitalismo, como sistema econômico. Argumenta-se, assim, que o capitalismo surgiu das lutas de poder territorial; emergiu de uma articulação entre a unidade de poder e as economias nacionais para prosseguir com as guerras de conquistas e a acumulação de mais poder.

O sistema interestatal capitalista carrega, desde a sua origem, um elemento de permanência, aquilo de que interessaria a Fernand Braudel em sua concepção de *longue durée*, que é também um paradoxo: os primeiros estados surgiram de uma dupla determinação: interna e externa. Assemelhavam-se as estruturas híbridas. O mesmo processo que afirmava os Estados efetivava as condições para a formação do sistema internacional, num movimento sempre assimétrico, conflitivo e hierárquico. Essas estruturas híbridas, que se impuseram frente a outros poderes no interior da Europa, se transformaram nas primeiras potências; formaram, entre os séculos XV e XVI, o “núcleo” expansivo do sistema político e econômico mundial.

Para Fiori (2004; 2007; 2008; 2015), toda análise de conjuntura necessita de uma visão de longo prazo do movimento da história. Sem uma teoria histórica do poder fica difícil identificar os ciclos e as grandes transformações. De maneira sucinta, a história do sistema interestatal capitalista poderia ser compreendida como parte de um “universo” em contínua expansão, com destaque para quatro momentos em que ocorreram uma espécie de “explosão expansiva”, a saber: entre 1150-1350, na origem do primeiro sistema europeu de guerras e trocas (1150-1350), dando origem as primeiras formas dos “Estados-economias nacionais”; entre 1450-1650, com o nascimento do sistema interestatal europeu (1450-1650); entre 1790-1914, com expansão extra europeia e a formação do sistema interestatal capitalista de dimensões

globais; e a partir da década de 1970, com estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos que fez retornar, com maior ênfase, poderes territoriais concorrentes. A eclosão de cada uma dessas etapas teria como causa a pressão competitiva entre os Estados, e como consequência o alargamento das fronteiras do próprio sistema interestatal. Subjacente a essa lógica de aumento das “pressões competitivas” e das “explosões expansivas”, situa-se a associação entre a conquista de novas posições monopólicas de poder e acúmulo de riqueza excedente, um movimento e uma disputa incessante.

Portanto, de acordo com o raciocínio, não se deduz que algum Estado possa estabilizar o sistema internacional. É a própria potência hegemônica, em si, um elemento desestabilizador. Em sua contínua dinâmica expansiva, o *hegemon*, mais do que os demais competidores, utiliza-se da guerra, das finanças, da moeda e das fronteiras da inovação tecnológica para violar a “estabilidade sistêmica” que ajudou a criar e, assim, seguir acumulando poder e riqueza.

A contradição fundamental estaria na disputa pelo poder global e pela construção de um império mundial. Uma eterna busca. Uma dinâmica que ocorre por meio do fortalecimento do poder territorial dos Estados, sendo impossível antever o limite deste pretensão império global. Significaria, por dedução lógica, o fim político do sistema interestatal. Max Weber (1999: 517) afirmaria que é o Estado que garante a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo, assim “enquanto o Estado nacional não ceder lugar a um império mundial, subsistirá também o capitalismo”. Desse modo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra são elementos inerentes.

Em suma: guerras e crises não indicam necessariamente finais ou colapsos dos Estados envolvidos nem tampouco do sistema interestatal. Neste início de século XXI, guerras e crises podem ser interpretadas a partir de uma leitura que identifica as mudanças estruturais de longo prazo, que aponta para um aumento da pressão competitiva interestatal nos diferentes espaços regionais. Um cenário que indica uma permanente disputa dos Estados e capitais privados por posições monopólicas ou privilegiadas. A geopolítica, nesta situação, é uma importante chave de leitura do sistema internacional, ainda que tragicamente visto como sistema interestatal capitalista.

### Referências Bibliográficas

Hélio Caetano Farias, Território, poder e riqueza: uma leitura geopolítica do capitalismo.

- AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. *Mastering space: hegemony, territory and international political economy*. London/New York: Routledge, 1995.
- APPEL, Tiago. “Na hora da crise”. Artigo publicado em Carta Maior, 19 de agosto de 2015. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; HUI, Po-Keung; RAY, Krishnendu e REIFER, Thomas Ehrlich. “Geopolítica e Altas Finanças”. ARRIGHI, Giovanni (Org). *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRUNHES, Jean; VALLAUX, Camille. *La géographie de l’Histoire: Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer*, Paris: Felix Alcan, 1921.
- CHALIAND, Gérard; RAGEAU, Jean-Pierre (1983). *Atlas stratégique: géopolitique des rapports de forces dans le monde: l’après-guerre froide*. Editions complexe, 1994.
- COSTA, Wanderley Messias (1991). *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Edusp, 2ª edição, 2008.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995
- FARIAS, Hélio. “Capital financeiro e geopolítica clássica, algumas notas sobre a expansão de poder dos Estados no final do século XIX”. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. p. 125-137.
- FIORI, José L. “Formação, Expansão e Limites do Poder Global”. In: FIORI, José L. *O Poder americano*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.
- FIORI, José L. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FIORI, José L. “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI” In: FIORI, José L.; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- FIORI, Jose. “A geopolítica anglo-americana”. Artigo de Opinião. Jornal Valor Econômico. São Paulo. 22 de junho de 2011.

- FIORI, José. “Geopolítica”. Entrevista concedida ao Prof. Leopoldo Augusto Gonzáles Aguayo. Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), 2014. Disponível em: [www.poderglobal.net](http://www.poderglobal.net)
- FIORI, José L. *História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006
- GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- GOTTMANN, Jean. “Doutrinas geográficas na política”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano V, n. 54, 1947.
- GOTTMANN, Jean. *La politique des États et leur géographie*. Paris, A. Colin 1952.
- HAESBAERT, Rogério. “La Blache, Ratzel e a ‘Geografia Política’”. *GEOgraphia*, v. 4, n. 7, p. 81-83, 2009.
- HAUSHOFER, Karl (1927). “Los fundamentos geográficos de la política exterior”. *Geopolítica(s). Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2012.
- HILFERDING, Rudolf (1909). *O Capital Financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- HOBBSBAWM, Eric J. (1961) *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.
- KAPLAN, Robert. *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- MAMADOUH, Virginie. “Geopolitics in the nineties: one flag, many meanings”. *GeoJournal*, v. 46, n. 4, p. 237-253, 1998.
- MELLO, Leonel Itaussu. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 1999.
- METRI, Maurício. “O Poder Financeiro dos Estados Unidos no Padrão Monetário Dólar-Flexível”. In: *Encontro de Economia Política*, 2004, Uberlândia. Anais do Encontro de Economia Política, 2004.
- MORAES, Antonio C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2002.
- MORAES, Reginaldo *Estado, Desenvolvimento e Globalização*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

- MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Editora Universidade de Brasília, 2003. (p. 309)
- Ó TUATHAIL, Gearóid. *Critical Geopolitics: the Politics of Writing Global Space*. Routledge, London, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. "Studies in Political Areas. II. Intellectual, Political, and Economic Effects of Large Areas". *The American Journal of Sociology*, v. 3, n. 4, p. 449-463, 1898.
- RATZEL, Friedrich (1900). "O solo, a sociedade e o Estado". *Revista do Departamento de Geografia*. n. 2, p. 93-101, 1983.
- SANTOS, Milton. "O Retorno do Território" In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria. A. A. de, SILVEIRA, María L. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p.15-21.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEMPA, Francis. *The Return of Classical Geopolitics*. American Diplomacy, p. 1, 2014.
- SERRANO, Franklin. "Do ouro imóvel ao Dólar Flexível". In: *Economia e Sociedade*, n° 19, Campinas, 2002.
- SODRÉ, Nelson W. (1976) *Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.
- SPYKMAN, Nicholas. *America's strategy in world politics: the United States and the balance of power*. Transaction Publishers, 1942.
- STRANGE, Susan. "International Economy and International Relations: a Case of Mutual Neglect". In: *International Affairs*, April, 1970.
- STRAUSZ-HUPÉ, Robert. *Geopolítica: la lucha por el espacio y el poder*. México: Hermes, 1945.
- TAVARES, Maria C. (1985) "A Retomada da Hegemonia Norte-Americana" In: FIORI, José L. e TAVARES, Maria C. *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 6ª edição, 1997.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: An introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. "O nascimento do Estado racional". In: WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Unb; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.